

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.306 - SP
(2019/0007365-8)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

EMBARGANTE : STEMAG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

ADVOGADOS : MAURO SÉRGIO GODOY - SP056097

**GILVANY MARIA MENDONÇA BRASILEIRO E
OUTRO(S) - SP054762**

EMBARGADO : MUNICIPIO DE BAURU

**PROCURADOR : FÁTIMA CAROLINA PINTO BERNARDES E
ES OUTRO(S) - SP161287**

MARISA BOTTER ADORNO GEBARA - SP143915

EMBARGADO : COM ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

**ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO CARVALHO LIMA REHDER E
OUTRO(S) - SP058288**

RENATA JUNQUEIRA REHDER - SP259744

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por **STEMAG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES – LTDA** contra decisão que não conheceu do Agravo em Recurso Especial, fundamentada na incidência da Súmula n. 182/STJ.

Sustenta, em síntese, que a decisão padece de omissão (art. 1.022, II, do CPC), porquanto (fl. 395/398e):

04. A análise, ainda que perfunctória, do seu conteúdo, revela que o juízo de inadmissibilidade centrou-se, única e exclusivamente, na suposta necessidade de imersão no reexame de cláusulas contratuais e das provas colhidas nos autos, o que encontraria óbice nas Súmulas 5 e 7 desse Colendo Tribunal, se realmente a decisão fosse correta, o que não é, na medida em que o objeto do inconformismo evolve, exatamente, a necessidade de produzir prova pericial para a demonstração de que a decisão administrativa ali guerreada não se amoldou às certidões de qualificação técnica apresentadas na licitação pública.

05. Ao contrário do quanto restou decidido na decisão embargada, a ora Embargante atacou a todos os fundamentos da R. Decisão Agravada que negou seguimento ao Recurso Especial anteriormente interposto, inclusive, aquele que guarda relação com o suposto óbice imposto pelas Súmulas 5 e 7 desse C.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

06. A análise acurada do Agravo em Recurso Especial interposto pela ora Embargante revela que esta dedicou um Capítulo específico para demonstrar que, ao contrário do quanto restou decidido pelo E. Tribunal “a quo” na R.

Decisão Agravada, a análise da matéria de fundo e das violações aos

dispositivos de lei infraconstitucionais ventilados no Recurso Especial não demandariam incursão em interpretação de cláusula contratual (Súmula 5) e revolvimento de circunstâncias e aspectos fáticos probatórios dos autos (Súmula 7), conforme se observa dos itens 31 a 38 do Agravo em Recurso Especial interposto.

07. A ora Embargante, inclusive, pede venia a esse C.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA para reproduzir e colacionar nos presentes Embargos Declaratórios o trecho do Agravo acima mencionado para melhor verificação, ocasião em que a Embargante assim se manifestou, expressa e especificamente, a respeito daquele fundamento da R. Decisão Agravada 08. Com efeito, o que se observa é que a ora Embargante enfrentou aquele fundamento da R. Decisão Agravada, demonstrando as razões pelas quais o conhecimento da matéria objeto do Recurso Especial não encontraria óbice previsto nas Súmulas 5 e 6 desse C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, notadamente, porque a questão discutida em sede de Recurso Especial guarda relação, única e exclusiva, com o direito da ora Embargante em produzir provas periciais necessárias à exata e completa compreensão da controvérsia, de modo a se evidenciar a plausibilidade do direito invocado que guarda relação direta com o direito ao contraditório e à ampla defesa.

09. Basta a análise dos fundamentos dos VV. Acórdãos Recorridos em cotejo com a argumentação apresentada pela ora Embargante, confrontando-as com a legislação infraconstitucional apresentada como violada para que esse C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA aplique o melhor direito.

10. Não haveria a necessidade de que a ora Embargante trouxesse em seu Agravo em Recurso Especial longas e prolixas teses para demonstrar a inocorrência de óbice às Súmulas 5 e 7, na medida em que a questão discutida (possibilidade/necessidade de produção de provas periciais com a finalidade de se evitar cerceamento de defesa) é de menor complexidade àquelas diuturnamente analisadas por essa C. Corte.

Impugnação às fls. e. 405/411e.

Os embargos foram opostos tempestivamente.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Consoante o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: *i)* esclarecer obscuridade ou eliminar

contradição; ii) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e, iii) corrigir erro material.

A omissão, definida expressamente pela lei, ocorre na hipótese de a decisão deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

O Código de Processo Civil considera, ainda, omissa, a decisão que incorra em qualquer uma das condutas descritas no art. 489, § 1º, no sentido de não se considerar fundamentada a decisão que: i) se limita à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; ii) emprega conceitos jurídicos indeterminados; iii) invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; iv) não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; v) invoca precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e, vi) deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Sobreleva notar que o inciso IV do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015 impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado. Nesse sentido, confira-se a doutrina de Nelson Nery Junior e Rosa Nery:

Não enfrentamento, pela decisão, de todos os argumentos possíveis de infirmar a conclusão do julgador. Para que se possa ser considerada fundamentada a decisão, o juiz deverá examinar todos os argumentos trazidos pelas partes que sejam capazes, por si só e em tese, de infirmar a conclusão que embasou a decisão. Havendo omissão do juiz, que deixou de analisar fundamento constante da alegação da parte, terá havido omissão suscetível de correção pela via dos embargos de declaração. Não é mais possível, de lege lata, rejeitarem-se, por exemplo, embargos de declaração, ao argumento de que o juiz não está obrigado a pronunciar-se sobre todos os pontos da causa. Pela regra estatuída no texto normativo ora comentado, o juiz deverá pronunciar-se sobre todos os pontos levantados pelas partes, que sejam capazes de alterar a conclusão adotada na decisão.

(Código de Processo Civil Comentado, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2016, p. 1.249-1.250, destaque no original).

Esposando tal entendimento, precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art.

489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o presente mandamus e a ação ordinária n. 0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas.

4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decism.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. FAIXA DE DOMÍNIO DE RODOVIA SOB CONCESSÃO. COBRANÇA EM DESFAVOR DE CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO DE TELEFONIA. POSSIBILIDADE.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015, na esteira interpretativa sufragada no Superior Tribunal de Justiça, significa que o

julgador deve enfrentar apenas as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida, hipótese aqui não verificada (EDcl no MS n. 21315/DF, Primeira Seção, DJe 15/06/2016).

3. A Primeira Seção desta Corte firmou o entendimento de que o poder concedente, com respaldo no art. 11 da Lei n. 8.987/1995 (Lei de Concessões e Permissões), pode autorizar a concessionária a efetuar cobrança pela utilização de faixas de domínio de rodovia, mesmo de outra concessionária de serviços públicos, desde que haja previsão no contrato de concessão da rodovia, como verificado na hipótese.

4. A Primeira Turma desta Corte tem reconhecido o caráter manifestamente inadmissível ou improcedente do agravo interno, a ensejar a aplicação da sanção prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015 quando a decisão agravada está fundamentada em precedente julgado sob o regime da repercussão geral, sob o rito dos recursos repetitivos ou com base em jurisprudência pacífica de ambas as Turmas da 1ª Seção.

5. Agravo interno desprovido, com aplicação de multa.

(AgInt no AREsp 1079824/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 07/03/2018)

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTENTE. ACÓRDÃO QUE ENFRENTOU TODAS AS QUESTÕES NECESSÁRIAS. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Conforme pacífico entendimento desta Corte, o órgão julgador não é obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A determinação contida no art. 489 do CPC/2015 "veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida" (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

II - A corte de origem analisando o contexto fático-probatório dos autos concluiu (fl. 270): "Neste caso, ainda que houvesse buracos no asfalto e ainda que a pista apresentasse irregularidades, é certo que o acidente que vitimou fatalmente [...] somente ocorreu por culpa do motociclista que invadiu a contramão da via em alta velocidade".

III - Para alterar tais conclusões seria necessário o reexame fático-probatório, vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ, segundo o qual: " pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial".

IV - Agravo interno improvido

(AgInt no AREsp 1037131/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 22/11/2017).

No caso, a embargante indica omissão quanto à aplicação da Súmula n. 182/STJ, demonstrando, assim, mera irresignação contra a decisão proferida anteriormente, e não aponta a incidência de nenhuma das hipóteses previstas no art. 1.022 do Código de Processo Civil, razão pela qual se impõe a rejeição dos embargos declaratórios.

Com efeito, depreende-se da leitura da decisão que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a rejeição dos embargos declaratórios uma vez ausentes os vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (v.g. Corte Especial, EDcl no AgRg nos EREsp 1431157/PB, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 29.06.2016; 1ª Turma, EDcl no AgRg no AgRg no REsp 11041181/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes, DJe de 29.06.2016; e 2ª Turma, EDcl nos EDcl no REsp 1334203/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 24.06.2016).

Assim, não verifico, no caso, a existência de vício a ensejar a declaração do julgado ou sua revisão mediante embargos de declaração.

Desse modo, totalmente destituída de pertinência mencionada formulação, uma vez que não se ajusta aos estritos limites de atuação dos embargos, os quais se destinam, exclusivamente, à correção de eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material do julgado.

Ante o exposto, **REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora